

[Imprimir](#) | [Fechar \[ X \]](#)

Jornal da Madeira / Internacional / 2009-05-07

Alargamento da licença de maternidade

## Parlamento Europeu adia votação

O Parlamento Europeu reinviu, ontem, à Comissão dos Direitos da Mulher o relatório da eurodeputada portuguesa Edite Estrela (PSE) sobre a alteração à legislação para o alargamento da licença de maternidade na União Europeia.

Quando o plenário se preparava para votar o texto, a eurodeputada luxemburguesa Astrid Lulling (PPE) propôs que o relatório voltasse a ser discutido em sede de comissão antes de ser sujeito a votação do hemiciclo europeu, tendo a sua proposta sido aprovada com 347 votos a favor, 256 contra e 10 abstenções.

Deste modo, o assunto só voltará a ser abordado na próxima legislatura, já que a sessão que decorre actualmente em Estrasburgo é a derradeira antes das eleições europeias de Junho.

O relatório elaborado pela vice-presidente da Comissão dos Direitos da Mulher defendia o aumento do prazo mínimo de licença de maternidade das actuais 14 para 20 semanas (a Comissão Europeia propunha 18) e uma licença de paternidade vinculativa de duas semanas. Entre outros pontos da proposta - que integrava ainda o parecer da Comissão de Emprego, da autoria da eurodeputada portuguesa Jamila Madeira (PSE) - contava-se o aumento do período mínimo obrigatório de licença de maternidade de duas para as seis semanas após o parto, durante as quais a trabalhadora deve receber por inteiro o salário mensal.

A proposta contemplava também o princípio do pagamento de, pelo menos, 85 por cento do salário mensal para o restante período de licença de maternidade.

[Agência Lusa](#)

---

Artigo de Internacional

Copyright © Empresa Jornal da Madeira, Lda 2001 - 2008. Todos os direitos reservados.